

A Revista “Escola Secundária” e o programa de professores da CADES

Sílvia Asam da Fonseca

Mestranda do Programa Educação: História, Política, Sociedade da PUC – SP

Ao longo de toda a década de 1940 e 1950, o crescimento do ensino primário e os processos de urbanização/industrialização trouxeram consigo uma situação nova para o panorama educacional brasileiro: a expansão do ensino secundário¹. O aumento do número de estabelecimentos de ensino e da população escolarizada, juntamente com as leis contra o trabalho infantil e a migração para as cidades levaram a uma expansão “quantitativa” do número de matrículas e a maior pressão por vagas nas escolas secundárias. Conseqüentemente, surge a necessidade de mais professores.

Segundo Gildásio Amado, diretor do ensino secundário do MEC, na Apresentação da revista *Escola Secundária*: “a educação secundária tende a generalizar-se a todos os adolescentes e já não tem simples função preparatória para estudos superiores.” (v.1, n°.1, 1957, p.3)

Mas, a expansão do ensino secundário não se fez acompanhar de equivalente expansão do quadro de professores habilitados. Na verdade, as faculdades de filosofia que poderiam formar esses profissionais eram ainda recentes no Brasil. À parte o debate sobre os reais objetivos das faculdades de Filosofia, esse quadro de carência de professores para o ensino secundário obriga o MEC a permitir, em caráter provisório, o exercício do magistério a profissionais não habilitados. São médicos lecionando Biologia, advogados ensinando Português e assim por diante. Para minimizar esse quadro de despreparo dos professores desse grau de ensino, o MEC organiza treinamentos, cursos e exames de suficiência para habilitar profissionais de outras áreas ao magistério secundário. Desse processo, surge a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) que publica a revista *Escola Secundária* como parte dos esforços da diretoria do Ensino Secundário do MEC e da CADES para divulgar suas atividades, conhecimentos técnicos e cursos de preparação para os exames de suficiência.

O periódico surge com tiragem inicial de 7.000 exemplares (posteriormente, em 1959, 10.000) para um público alvo de 40.000 professores. Sua estratégia editorial é esclarecida no n°. 1 por Gildásio Amado:

“ESCOLA SECUNDÁRIA destina-se a prestar informações, esclarecimentos, sugestões e assistência técnica a esses 40.000 professores secundários que, espalhados por todos os quadrantes

¹ Em 1931 é publicada a reforma referente ao ensino secundário, que ficava dividido em fundamental de 5 anos e complementar de 2 anos. Posteriormente, em 1942/1943, na reforma Capanema, o ensino secundário fundamental é estabelecido em 4 anos e o complementar em 3. Os ensinos primário, normal e agrícola só serão reformados em 1946. (SILVA, 1969).

Essas leis consolidam uma diferença há muito existente entre ensino secundário e ensino médio. Segundo esse ordenamento, o único nível de ensino que habilitaria o aluno a freqüentar o ensino superior seria o secundário completo (fundamental e complementar). Os ensinos técnicos, incluída aí a escola normal, eram considerados ensino médio e não habilitavam o aluno ao ensino superior.

do nosso território, trabalham na árdua sementeira da educação e da cultura nacional. Visa também a servir de veículo de intercâmbio entre o professorado brasileiro, na troca de idéias, sugestões e experiências, favorecendo a formação de uma nova mentalidade, mais progressista, mais propícia à observação objetiva, à experimentação renovadora e à revisão crítica dos postulados, finalidades, currículos e métodos em que se baseia toda a atuação educativa de nosso magistério.” (p.8)

A revista *Escola Secundária* circulou trimestralmente de junho de 1957 a 1961 (17 números) com dois números extemporâneos em 1963; todos com mais de 100 páginas e menos de 135. Segundo Anna Augusta Drumond no *Dicionário de Educadores no Brasil* (verbete de José Carlos de Mello e Souza), a distribuição da revista era gratuita para quem freqüentasse os cursos da CADES, o que significava em média 4 mil professores leigos apenas para os cursos de janeiro e fevereiro que antecediam as provas de suficiência nas localidades onde não houvesse Faculdade de Filosofia capaz de atender às necessidades das escolas secundárias.

Durante o período de circulação, a revista apresentou poucas alterações de formato e, *grosso modo*, pode ser dividida em quatro partes.

A primeira era composta pelos editoriais, conferências, palestras e artigos de “defesa da escola secundária” escritos, em sua maioria, pelos membros da diretoria do Ensino Secundário do MEC (principalmente, Gildásio Amado, J. C. Mello e Souza, Luiz Alves de Mattos) bem como contribuições de professores, orientadores educacionais, diretores ou inspetores. A maior parte dos posicionamentos explícitos da editoria aparecem nesse núcleo inicial, demonstrando a posição desse grupo em relação aos debates que ocorriam na sociedade da época quanto à educação secundária. Nessa parte é evidente a defesa da maior autonomia das escolas, do ensino mais “prático”, das orientações educacionais e das inspetorias.

Seguem-se a ela, duas outras seções denominadas “Didática Geral” e “Orientação Educacional” que, articuladas à primeira parte, contemplam discussões técnicas de interesse geral de todos os professores, orientadores e diretores. São itens dessas seções: relação pais e mestres, pais e filhos, o papel da família, planejamento, método, objetivos de ensino, metodologia de planejamento, dentre outros. Esse bloco defende a autonomia de planejamento, as especificidades locais, a necessidade de maior informação dos professores sobre os avanços das metodologias e, acima de tudo, a necessidade de Orientação Educacional nas escolas.

Um outro bloco, subdividido por matérias, oferece exemplos de planejamentos, avaliações e trabalhos desenvolvidos. Em menor grau, pequenos debates sobre a natureza da matéria e seus objetivos. Essa divisão por matérias traz notícias de inquéritos, simpósios e encontros específicos das disciplinas. Pode-se perceber nesse processo uma série de debates tanto pedagógicos quanto políticos. Por exemplo, a seção relativa a Latim, começa com questões muito práticas mas, à medida que os debates no Legislativo caminham e a extinção, ou diminuição da importância do

latim no ensino secundário se torna mais próxima, a seção passa a apresentar a necessidade do estudo de Latim para compreender as civilizações clássicas, a gramática da língua “vernácula” e do francês. O próprio francês perde relevância, ao longo dos números, à medida que nos debates da nova lei, o ensino de duas línguas estrangeiras no secundário é questionado.

Há uma distância significativa entre as prescrições das seções didática geral e orientação educacional e as atividades publicadas nas seções das disciplinas, sobretudo pelos professores não ligados à CADES. Se, por um lado, as primeiras se encaminham para um tipo de discussão relativa ao “aprender”, próxima dos ideais da Escola Nova; nas seções exclusivas de cada disciplina, algumas avaliações propostas são bastante preocupadas com a memorização, refletindo a atuação dos professores que enviaram suas colaborações.

Há dois tipos de colaboradores. Alguns mais freqüentes e, geralmente, ligados ao próprio MEC ou cujas opiniões e ações individuais se identificam com as dos editores da revista. É o caso de João Salles Pupo, J. C. Mello e Souza (redator-chefe da revista), Gildásio Amado e Maria Junqueira Schmidt (autora de materiais de uso da instituição e professora dos cursos de formação ministrados pela CADES). Como muitos dos artigos são de autoria de professores que, apenas eventualmente, enviam suas contribuições, talvez esse seja um dos motivos do divórcio entre as seções na revista. A principal preocupação nas seções de disciplina é dar conta do conteúdo e desenvolver novas técnicas para o mesmo conteúdo. Essa seção relativa às disciplinas individuais é, também, o maior bloco da revista e a que tem o número mais diversificado de colaboradores-professores, o que talvez explique as posições nem sempre coerentes dentro da mesma disciplina.

As propostas de atividades extra-classe ou, pelo menos, de aulas não expositivas, aparecem associadas a laboratórios e salas ambientes (sobretudo Química), áudio-visual e trabalhos em grupo justificadas pela necessidade de diminuir a rotina, motivação e vinculação com a vida prática.

Há, ainda, um último bloco que é o relatório das atividades da CADES e “fatos diversos”, eventualmente, a publicação de leis, portarias ministeriais e pareceres legislativos relacionados ao Ensino secundário, que sejam considerados especialmente relevantes.

Durante o primeiro ano de circulação da revista, esse bloco foi complementado por duas outras seções: “Educandários Nacionais” que apareceu em apenas dois números (Colégio Sílvio Romero em Sergipe e Externato do Colégio Pedro II no Distrito Federal) e a seção denominada “Consultório Didático” onde, anonimamente, os professores poderiam esclarecer dúvidas de seu cotidiano. Foram apenas nove consultas e, praticamente todas relacionadas a algum tipo de problema ético e/ou avaliação de rendimento (falsificação de nota na caderneta, perda de avaliações, disparidade de práticas didáticas entre professor efetivo e substituto, rendimento deficitário dos alunos, necessidade de cumprir o planejamento e o programa da disciplina na série, participação dos alunos

em greve, aulas particulares, revisão de provas). Posteriormente, os assuntos tratados nessa seção foram absorvidos pelas outras seções.

Finalmente, há especial cuidado com os espaços que sobram no final dos artigos. Sempre seguidos de pensamentos “lapidares” de renomados pensadores (Albert Einstein, John Dewey, Anísio Teixeira e Rui Barbosa, dentre outros) que resumem os temas fundamentais desenvolvidos anteriormente.

Percebe-se, ao longo das revistas, várias estratégias de comunicação com o professor.

- a) Publicação de palestras e artigos seguidos de um comentário que organiza a leitura da lei.
- b) Dizeres ao final dos artigos, quase sempre relacionados com o tema da seção.
- c) Recebimento de contribuições do leitor.
- d) Concursos, palestras, jornadas e encontros.

Segundo dados da revista, 80% das assinaturas estão em São Paulo e no Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro). Eis um problema pois o objetivo precípua da publicação era auxiliar e instrumentar o professor brasileiro das cidades que não possuem Faculdades de Filosofia, caminho adequado para a formação profissional do professor. Esse público alvo é, em grande parte, criado por uma brecha na legislação para dar conta de uma situação “extraordinária” de expansão da base quantitativa de matrículas e escolas, não acompanhada pela expansão dos cursos de formação. A revista, entretanto, não atesta esse objetivo com toda a clareza. Reiteradamente aponta para a necessidade de melhor formação do professor e o “sucesso” dos cursos e exames de suficiência mas, certamente, o problema não está no leitor da “Escola Secundária”.

Como órgão de uma diretoria do MEC, o periódico acaba por refletir vários problemas e debates relativos à organização do ensino secundário em suas páginas, juntamente com as discussões no Congresso e na sociedade sobre os rumos dessa escola.

Basicamente, os principais temas debatidos na revista são:

A quem se destina o ensino secundário? À elite que cursará o ensino superior ou às classes emergentes que conseguiram terminar o curso primário e ainda não estão habilitadas a trabalhar pois a lei proíbe o trabalho de menores de 14 anos (o chamado “hiato perigoso”).

Para aqueles que não são da elite, deveria haver cursos profissionalizantes ou “enciclopédicos”?

Essas questões aparecem imbricadas no debate da lei e dos pareceres pois a resposta dada à primeira questão leva a decisões relativas às demais questões. O MEC pretende mudar alguns aspectos do sistema vigente de ensino e, para isso, propõe uma nova LDB cujo debate se estende por anos. A revista como órgão do MEC publica os principais pareceres e textos de lei juntamente com palestras e artigos de simpatizantes da reforma.

A posição da revista “Escola Secundária” com relação aos destinatários do ensino secundário está expressa na conferência de Gildásio Amado (diretor do Ensino Secundário do MEC) na primeira

jornada de diretores do Distrito Federal e publicada no n.º. 3 de 1957 sob o título de “Tendências da Educação Secundária”: “...a escola secundária de hoje é muito diversa da do começo do século, é uma grande escola geral e popular, um vasto sistema canalizador de capacidades para os trabalhadores, as múltiplas tarefas da vida moderna, é que, a nosso ver, se devem centralizar as atenções dos observadores, dos comentadores, dos críticos dos planos de reforma atualmente em debate. Quer-me parecer que as críticas a tais projetos têm, em grande parte, um erro de perspectiva, e de visão de uma situação nova com um conceito do passado.” (p.8)

Quanto ao objetivo do ensino secundário:

“É certo que a diversificação desperta receios de que o ensino secundário venha a perder o seu conteúdo de formação humana fundamental, o seu sentido humanístico, o seu valor cultural. Perdê-lo-á, ao contrário, se não se diversificar. Porque, se não se diversificar, terá de nivelar-se à altura dos medianamente dotados que constituem a maioria. Na situação atual, todos são prejudicados. Alguns estudantes não suportam o pesado currículo. Os excepcionalmente dotados que o suportariam sofrem as conseqüências da baixa do padrão de ensino. Na situação atual é que o nível do ensino continuará a baixar.” (p.8)

Com essa declaração, Gildásio Amado ressalta um dos principais pontos da proposta de reforma que é a criação de cursos mais “flexíveis”, adequados à realidade dos alunos e capazes de diminuir a enorme repetência e evasão.

A defesa do substitutivo à proposta da LDB debatida no Congresso recebe apoio determinado nos editoriais bem como em outras seções. Assim, à proposta de secundário dividido em ginásio com 2 anos básicos e 2 anos diversificados a revista afirma:

“Não é possível excluir a população em geral do ensino secundário mas podemos torná-lo mais adequado”. Divide-se o curso ginásial em duas formas: “uma com acentuação mais prática, outra mais acadêmica” sem com isso diferenciar os mais ou menos inteligentes mas diferenciando “tipos de inteligências”. “As diferenças seriam mais nos programas, nos métodos, na própria atuação dos professores.”

Dessa forma, segundo a revista, não seriam os privilegiados que se encaminhariam ao ensino superior mas aqueles cuja maior habilidade intelectual os habilitasse a ele.

Para encerrar a conferência, G. Amado defende “*uma escola secundária mais viva, mais nova e mais justa* (grifos do autor), para atender a aspirações de maior número de classes sociais, que assegure pela multiplicação de bolsas de estudo, como se vem fazendo nos últimos anos, o maior número de oportunidades possível a quem tenha aptidão e não recursos para freqüentá-la, é a que a reforma dependente do Congresso Nacional planeja e que os educadores brasileiros, aqui tão bem representados, querem ver constituída e bem aplicada, com o pensamento de que o aperfeiçoamento da educação é o principal fundamento, o eixo do desenvolvimento do País.” (p.11)

A argumentação é que a diversificação em ensino técnico e humanístico longe de ser excludente é, acima de tudo, um instrumento de integração daqueles cujos interesses não se relacionam com o ensino superior. Pois eliminaria os currículos pesados e inadequados, vistos como principais causas de repetência e evasão escolar.

Curiosamente, a solução para o ensino secundário elitista e centralizado da reforma Capanema é a diversificação e a descentralização de cursos e currículos. Acaba-se com a exclusão econômica e institui-se a seleção pelas aptidões individuais, distribuindo bolsas de estudos.

Em termos de reforma do ensino, a revista defende a descentralização dos currículos, com maior flexibilidade de matérias e de planejamentos. Uma estratégia utilizada foi publicar um artigo sobre “A Flexibilidade dos Currículos na Escola Secundária Americana” (prof. Cadmo Bastos – n.º. 7 – Dez. 1958). No número seguinte, o editorial reclama “em nome da nação” a votação da LDB, seguido de um artigo sobre a reforma do ensino secundário na França cujo tema é a democratização, a obrigatoriedade e a necessidade de adaptação aos “novos tempos” com ênfase para os cursos técnicos “curtos” e “longos”, semelhante ao proposto pelo substitutivo do ministro Clóvis Salgado. E, à medida que a votação da LDB não acontece, os editoriais ora discutem pontos do projeto ora cobram uma tomada de posição do Congresso. No n.º. 10 de 1959, o editorial “Necessidade de uma tomada de Posição”, afirma:

“Enquanto a nação aguarda com impaciência a nova ‘Lei de Diretrizes e Bases da Educação’, a atuação do Ministério da Educação e Cultura tem se desdobrado, sob a competente orientação do Ministro Clóvis Salgado e do Dr. Gildásio Amado, em promover a formação de uma nova consciência profissional do professorado secundário e incentivar toda uma série de melhorias, tanto de caráter técnico como de índole administrativa, que propiciarão, de modo substancial, a reforma em profundidade que todos nós almejamos...” (p. 3)

Enquanto o ministério encaminha um substitutivo de lei ao Congresso, a revista defende “o avanço na discussão” e a “relevância do tema” mas, à medida que as discussões no Legislativo se alongam, a “nação” e o “povo brasileiro” esperam, com impaciência, uma solução para um problema urgente; acompanhando esse debate, artigos que ajudam o leitor a perceber a urgência, a adequação e pertinência da proposta ministerial.

“Só uma educação sistemática, intensa e bem orientada, extensiva a todas as camadas da população poderá desenvolver em nosso povo a consciência da nacionalidade e as capacidades necessárias para gerir os seus destinos e resolver a complexa problemática que acompanha todo o progresso social. E a nossa sociedade está a reclamar um plano nacional de ampla envergadura, capaz de dotar a nação de um sistema educacional à altura das exigências do grande momento histórico que estamos vivendo.” (n.º.9 – 1959 - p.3)

As discussões relativas à profissionalização do magistério e à flexibilidade de currículos, em pauta nos debates do Legislativo e objeto do projeto do ministério, organizam-se pela via da Orientação Educacional e Inspetorias Escolares. A solução para professores sem formação específica é o “profissional” dentro da escola, salas de experimentação e incentivo à capacitação docente.

“Esses três requisitos fundamentais, do conhecimento especializado, da técnica docente e da ética profissional, não se improvisam; exigem um longo preparo e uma formação que robusteçam a inteligência, desenvolvam a capacidade qualificada e aprimorem a consciência ética dos futuros professores da nação.” (idem – p.4)

Além da Orientação Educacional, as classes experimentais são outro investimento da revista cuja implantação é vista como uma grande vitória que abre para novos desafios. Segundo os editoriais, a legislação herdada do ministério Capanema é excessivamente centralizadora e prescritiva, fato que a exploração de “novos currículos e novos métodos” e “a busca de melhores oportunidades e de mais acertadas soluções para a nossa complexa problemática educacional.” (nº.14 – 1960 – p.4). Enquanto a educação nacional exige técnica, idealismo e dedicação, a revista continua a ser instrumento capaz de auxiliar o magistério secundário.

“A experimentação na educação como na ciência, na tecnologia e em tudo o mais na vida é uma *conditio sine qua non* do aperfeiçoamento e do progresso. Para ser autêntica, exige, ao lado de inventiva e ampla visão das realidades imediatas, acurado planejamento e apurados controles, capazes de discernir o que é proveitoso e promissor do que é apenas inédito, sensacional, mas de pouco rendimento para a vida. Exige coragem e decisão; mas exige também espírito crítico e a atitude de humildade em reconhecer as falhas e os insucessos, encontrando neles novos estímulos para revisar os planos e recomeçar em novas bases. Exige, acima de tudo, idealismo e dedicação.” (Idem)

Já em 1961, a eleição de Jânio Quadros e a nomeação de novo ministro da Educação (Brígido Tinoco) são analisadas:

“O novo Governo conclama a Nação para uma grande cruzada de erradicação do analfabetismo, ampliando a rede escolar e assegurando-lhe os recursos financeiros e os incentivos necessários para a sua expansão, modernização e maior eficiência. Traça novas diretrizes à educação secundária, de modo a torná-la mais realista e tecnológica, sem lhe tirar as bases humanistas, que lhe são essenciais. Estimula e favorece a criação de classes experimentais, possibilitando aos educadores encontrar soluções mais consentâneas com a nossa realidade brasileira. Revigora o ensino universitário, incentivando a pesquisa, relacionando-o mais estreitamente com os problemas e necessidades reais do País em fase de franco desenvolvimento. Prevê a criação de órgãos técnicos complementares e instituições subsidiárias capazes de ampliar o alcance e a capacidade do nosso

sistema escolar, imprimindo-lhe uma nova dinâmica e abrindo-lhe novos rumos até aqui inexplorados.” (nº. 16, 1961, p.4)

A proliferação de faculdades de Filosofia, as mudanças políticas e o novo panorama educacional da promulgação da nova legislação relativa ao ensino secundário esvaziam a importância estratégica da revista que busca no movimento de “classes experimentais” um fortalecimento da ação do periódico, pois as classes experimentais são “frutos da corajosa iniciativa tomada pelo Prof. Gildásio Amado à testa da Diretoria do Ensino Secundário do MEC.” Pois até a promulgação do Parecer nº. 77 de 1958 que tornou possível sua existência “negavam-se aos educadores e professores o direito e a competência para organizarem e programarem seus próprios trabalhos, cerceando-lhes qualquer tentativa de experimentação pedagógica fora dos estreitos dispositivos legais.” (Editorial *O Movimento das Novas Classes Experimentais* do n. 17, 1961, pp. 3-4). Faz parte desse esforço a publicação da única colaboração de Geraldo Bastos Silva na revista (*A Nova Lei Federal de Ensino Industrial e a Educação Secundária* – nº. 17, 1961, pp.5-9).

Termina, em 1961, a série ininterrupta da revista. Em 1963, segundo nota da redação, dois números preparados mas publicados em 1964, sem a presença de Gildásio Amado mas ainda com o mesmo formato. O último número da revista informa que há planos para uma nova “publicação periódica que substituirá a Revista da Escola Secundária dedicando-se cada número a determinada área do ensino de 2º. grau ou problema geral da Educação”, sem editorial, sem notícias da CADES, apenas com os artigos das seções “técnicas”: Didática Geral, Orientação Educacional e disciplinas.

Novos tempos para o MEC e para a Educação Brasileira se anunciavam.

Bibliografia:

- FAVERO, M. Lourdes e BRITTO, Jader (2002) – Dicionário de Educadores no Brasil – Rio de Janeiro: Ed. da UERJ/MEC-Inep-Comped.
- SILVA, Geraldo Bastos (1969) - *A Educação Secundária – perspectiva histórica e teoria* São Paulo, Companhia Editora Nacional,. Col. Atualidades Pedagógicas – vol. 94.